

Obsessão sem perspectivas

As demissões registradas nas fábricas da Mercedes-Benz podem não impressionar certos círculos governamentais, que nelas vêem apenas o resultado esperado do corte dos subsídios para os veículos que a empresa produz. Nem por isso, no entanto, deixam de causar certo alarma na opinião pública, que não pode evitar preocupar-se com o súbito aumento do número de desempregados; e, mais do que isso, com a reação dos que foram despedidos, os quais não levaram em conta aquilo que, além das obrigações legais, a empresa lhes concedia. Possivelmente, neste caso, a reação tivesse sido menor se o sindicato operário, de uma maneira ou outra, houvesse participado da decisão e dividido responsabilidades. Não importa, entretanto, a esta altura, determo-nos sobre o caso Mercedes em si, já que ele é apenas sintoma de males que começam a tornar-se graves.

O fato de a situação ter chegado a esse ponto, que é sem dúvida preocupante, não deve levar a que se condene *in limine* a política de crédito posta em execução pelas autoridades monetárias; numa febre inflacionária que apenas agora começa a dar sinais de que irá ceder, a volta atrás constituiria, sem dúvida, motivo para recaída de piores efeitos econômicos e políticos, a médio prazo. Reconhecer a necessidade de persistir no rumo traçado não significa, porém, afirmar que a política econômica esteja certa em todos os pormenores e que não mereça retificação de curso, para que o destino final seja atingido sem grandes problemas sociais. Afinal, bem vistas as coisas, sendo o desemprego porcentualmente maior do que a queda da produção industrial e das atividades do comércio, cabe verificar quais os fatores eco-

nômicos, sociais e políticos que estão agindo para que aquilo que o governo pretendia que fosse apenas uma redução do ritmo produtivo se transformasse numa recessão.

Em grande parte, o desemprego decorre do fato de o governo, mais cedo do que esperava e em nível mais elevado do que pretendia, ter conseguido diminuir o consumo de bens duráveis. Esse triunfo — que se acabou configurando como de Pirro — decorreu da política tributária e daquela salarial, ambas colocadas conscientemente a serviço da diminuição do poder aquisitivo da classe média e de sua destruição como elemento produtivo. Ainda agora, o ministro Delfim Netto, a propósito da crise da Previdência Social, insiste na tese da redistribuição de renda à custa desse amplo segmento social, esquecido do que ele representa em termos econômicos e políticos para a estabilidade do regime de cujo governo s. exa. participa.

Na realidade, não são apenas a fúria fiscal, cega, e a obstinação em manter a política salarial os fatores que nos conduziram a essa situação, em que as atividades econômicas se restringem. Há, moldando a crise, a generalizada falta de confiança nos rumos futuros do governo, a qual se traduz numa retração de investimentos, apesar de a poupança popular e geral não ter diminuído. Queremos com isso dizer que o dinheiro, hoje, está sendo acumulado para não perder valor, mas não para produzir riqueza, e que esse fato (negativo e que distorce a realidade econômica) decorre da circunstância de serem poucos os que se sentem com coragem de investir, num clima de tantas incertezas. Não apenas isso: essa poupança, caso fosse canalizada,

por exemplo, para a construção civil, ativaria o mercado; está sendo, porém, por assim dizer, confiscada pelo governo, que dela lança mão para fechar contas do orçamento. Em outras palavras, além de fustigar a classe média com a elevação de impostos e a redução de salários, o governo avança sobre suas economias — e as das camadas populares — para corrigir erros decorrentes da má administração dos recursos públicos. Não admira que, num clima como este, os investimentos se retraíam, as empresas prefiram reduzir sua atividade e o desemprego cresça. Não é a política econômica que está errada — é o governo que não sabe administrá-la como um todo, prevendo corretamente as repercussões que sobre ela terão de volta seus efeitos sociais.

Ainda agora, para agravar o quadro econômico e social, o governo permanece insensível às ponderações que a Agricultura lhe faz, no sentido de verificar se os recursos para os financiamentos da próxima safra foram de fato liberados. Todos os indícios, quando não testemunhos idôneos, dão conta de que o governo retarda a liberação desses recursos. Por acaso acredita ele que as condições climáticas esperarão por sua decisão? Se nesse terreno o governo não se mostrar ágil, liberando a tempo os recursos indispensáveis, não apenas a próxima safra será menor do que o esperado, como também o desemprego chegará ao campo. É isso que as autoridades pretendem, a pretexto de lutar contra os subsídios? É preciso, neste como em outros casos, tomar cuidado para que a obsessão e a falta de perspectivas não façam a realidade ser mais explosiva do que deveria ser.